

Para roubar a terra, tornar invisível quem vive nela: A produção da subalternidade na apropriação de terras em Parintins (AM)

Mônica Xavier de Medeiros¹

Resumo: A pesquisa tem como objetivo problematizar a Reforma Agrária em Vila Amazônia (Parintins/AM) realizada em 1988 através da análise do significado que este processo teve para moradores da região. Pretende, também, perceber as expectativas e tensões criadas na aplicação de uma série de políticas públicas voltadas para a Reforma Agrária. Intrigava perceber que estas políticas tinham pouca efetividade devido à falta de diálogo entre os órgãos governamentais e os moradores da região. Ao perscrutar suas narrativas orais, inquirir documentos oficiais, cotejar a imprensa escrita e ao ler as interpretações produzidas por intelectuais sobre as populações de áreas rurais do Amazonas, percebemos que a política classista de apropriação de terras esteve historicamente atrelada à produção de um estereótipo destes moradores tradicionais, através da inferiorização de seus modos de vida e do ocultamento de suas demandas. Na Amazônia, a apropriação de terras tem como objetivo destituir povos indígenas, negros quilombolas e caboclos de suas terras, onde moram há gerações. Com a Reforma Agrária e sob a condição de assentados essa tensão é fortalecida na relação com o poder público, uma vez que o Estado reitera a política de invisibilidade dos sujeitos que habitam a região. A História Social, através da História Oral, tenciona uma memória hegemônica que foi produzida sobre Vila Amazônia e Parintins e uma série de concepções e modos de ver as pessoas que vivem na/da floresta e suas práticas sociais.

Palavras-chave: Vila Amazônia; Parintins; Reforma Agrária;

Um breve olhar no mapa do estado do Amazonas poderá esconder uma série de vivências de pessoas que moram em áreas florestais ao longo dos rios e lagos da região. Aliás, em se tratando do maior estado do Brasil, o número de cidades observadas poderá até fomentar a noção de “vazio demográfico”², ideia hegemônica muito comum à esta espacialidade.

¹ Professora do curso de História da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Doutoranda do Programa de Estudos Pós Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) sob a orientação da Profª Drª Olga Brites. Bolsista da FAPEAM (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas). E-mail: monicaxavierm@yahoo.com.br.

² “Uma terra sem Homens, para Homens sem terra”: Essa ideia norteou os projetos do Estado brasileiro para a Amazônia durante a Ditadura Militar. O “vazio demográfico” que representava a Amazônia para os militares gerava uma dupla preocupação. A primeira era a região ser alvo da cobiça de países estrangeiros e a segunda era a preocupação com as fronteiras, pois a ausência do estado em determinados pontos da floresta favorecia a formação e treinamento de grupos guerrilheiros tais como as FARCS na Colômbia. Em plena Guerra Fria, Cuba também preocupava os militares e a formação da Guerrilha do Araguaia colocou para a Ditadura a necessidade de um maior controle na região, que foi pensado via projetos “modernizadores” principalmente através do financiamento da agropecuária e da mineração. Muitos projetos de colonização dirigidos tanto pelo INCRA como por empresas privadas foram concebidos e realizados.

O que não se leva em conta é a existência de inúmeras formas de viver na/da floresta. São vilas, povoados, comunidades rurais, assentamentos agrários, colônias agrícolas, muitas vezes habitadas por um número bem pequeno de famílias. São pescadores, caçadores, coletores, agricultores, funcionários públicos que ao viverem demarcam territórios na floresta.

O processo histórico de ocupação do Amazonas deve levar em conta a existência de vários grupos que passaram a viver na/da floresta. Temos os povos indígenas com grande relevância nas vivências na região³, temos comunidades remanescentes de quilombos e também um imenso grupo descendente de nordestinos que vieram para Amazônia no primeiro ciclo da Borracha (de finais do século XIX até 1914) e também, durante a segunda guerra mundial como soldados da borracha. Esses trabalhadores mesmo com a decadência da economia gomífera resolveram ficar na Amazônia tomando posse de pequenas extensões de terras onde desenvolviam atividades tais como a coleta da castanha, extração de pau-rosa e a fabricação de farinha. Tivemos, nesse sentido, uma ocupação de fato na região, não ordenada pelo poder público. A existência de grandes quantidades de terras devolutas na Amazônia colocou como campo de possibilidades para trabalhadores rurais a ocupação destas terras. Uma ocupação não-violenta, pela posse entre gerações de uma mesma família. Quando o Estado pensa na utilização destas terras para o desenvolvimento de projetos econômicos para região, geralmente não leva em conta a existência destas famílias ou o seu modo de vida específico construído na relação com a floresta, com o rio e com os demais membros de sua comunidade.

O recorte espacial desta pesquisa é a Gleba de Vila Amazônia. Em 1988, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) desapropriou cerca de 78.270 hectares desta terra para fins de Reforma Agrária. Nos anos 80, com o advento da Nova República e o processo de redemocratização da sociedade brasileira foi instituído um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

A construção de um PNRA era prevista pelo Estatuto da Terra que havia sido aprovado em 1964, durante o governo do Marechal Humberto Castelo Branco, porém este não chegou a ser elaborado. Ao contrário, durante o governo militar foi preconizada uma política fundiária para a região amazônica calcada em políticas de integração devido à Doutrina de Segurança Nacional. De acordo com essas políticas, era preciso “desenvolver” e “modernizar”

³ São mais de 300 mil índios vivendo na Amazônia, pertencentes a mais de 80 etnias. Esses povos indígenas falam suas próprias línguas e vivem a sua cultura. Atualmente lutam pela demarcação de suas terras.

a Amazônia para integrá-la ao mercado. O capital internacional e o capital industrial do Centro-Sul do país tornaram-se sujeitos, juntamente com o Estado, na elaboração das políticas de desenvolvimento para a região. A aplicação dessas políticas engendradas pelo grande capital passava ao largo da ocupação tradicional da terra na Amazônia.

Essa ocupação tradicional foi protagonizada por uma multiplicidade de sujeitos tais como indígenas, caboclos ribeirinhos habitantes das várzeas do Rio Amazonas, descendentes de quilombolas e descendentes de nordestinos. Esta ocupação baseou-se na posse de terras e o desenvolvimento de atividades como a agricultura principalmente da mandioca, extrativismo vegetal e animal (caça, pesca, coleta de castanhas, extração de pau-rosa).

As políticas de integração nacional e desenvolvimentistas atuaram no sentido de modificar o processo cultural de apropriação de terras no qual trabalhadores rurais pobres se apossavam de áreas não utilizadas. Podemos perceber elementos desse processo cultural de apropriação fundiária na fala do Seu Odenil⁴, 54 anos, morador da comunidade de Nazaré no Lago do Zé Açú (Vila Amazônia), assentado da reforma agrária, quando rememora as motivações que o levaram a “procurar” terra.

Quando eu completei meus 26 anos eu constitui família, eu me casei, eu constitui família, aí o meu sogro me deu um parecer, disse que era pra eu procurar uma terra e trabalhar, porque vivendo em terra alheia não era vida. Até inclusive ele tinha, mas já tava tudo desmatado, não tinha mais onde plantar, ele disse assim: Olha, eu não vou poder te ajudar porque no meu terreno não tem mais condições, tu ainda estás novo, começasse uma família, tu precisa de uma área pra ti trabalhar, precisa sustentar tua família.

Constituir família e a necessidade de sustentá-la surge como motivação para que o trabalhador rural pobre desloque-se ampliando seu território sobre a floresta.

Dona Maria (81 anos) e Seu João (78 anos) vivem em Santa Maria de Vila Amazônia, que é a primeira comunidade que encontramos ao sair de barco de Parintins. Suas terras ficam numa área denominada Laje, bem em frente ao Rio Amazonas. Lá criam galinhas e possuem várias árvores frutíferas tais como açaizeiros, pupunheiras, cupuaçuzeiros, castanheiras, guaraná e outras. Moram numa casa de madeira e chão batido. Embora as telhas sejam de zinco, possuem uma grande fresta entre a parede e o telhado para a circulação do ar, sendo esta uma importante adaptação da arquitetura de muitas casas na região, que serve para manutenção de uma temperatura agradável (uma vez que o clima é muito quente e úmido). É

⁴ Entrevista realizada em 2010 na sede do IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas).

importante compreender que o material de construção de uma casa (madeira, palha ou alvenaria) pode não significar diretamente uma distinção social, mas uma maneira de amenizar o calor. Conversei com o casal e gravamos a entrevista conjuntamente. Dona Maria e Seu João ao se casarem foram morar próximo à família de Dona Maria em um lago conhecido como “Laguinho”, porém seus filhos, para estudarem, tinham que percorrer a pé as trilhas e caminhos na floresta até a escola que ficava em Santa Maria, o que fez despertar o interesse do casal em morar mais próximo a escola:

João – (...) mas as aulas não pararam aí, né. Aí foi o tempo que as crianças estudaram e eles vinham de lá por tudo que era mato, (...), eles vinham por dentro daquele caminho por meio do mato lá pra casa e as crianças estudavam aqui e iam pra lá, aí depois a menina, acho que deram um espanto nela pelo meio do caminho, ela chegou chorando uma vez lá em casa, depois ninguém achou mais que fosse bom, aí o homem (...), morou aqui foi pra cidade, da cidade foi pra Manaus, mas era um conhecido muito de nós né. Aí ele veio, aí falou pra nós aí e disse pra nós que se a gente quisesse vir morar por causa das crianças, que viesse morar nessa casa aqui que era dele, a casa ainda tava meio boa né. Aí nós viemos ver aqui a casa, tá, aí ele deu pra nós esse lote de terra, não... podem trabalhar aí, endireitem a casa ou fazem outra né e você moram ai por causa das crianças, deu pra nós essa terra

Esse “acordo” de conhecidos foi legitimado pela necessidade das crianças morarem mais próximo à escola. Um acordo dentro de normas das culturas de tradição oral, onde a palavra é tão importante, que prescinde da letra para valer não apenas entre os envolvidos, mas perante a comunidade, pois não houve transferência de título de propriedade, em um tempo em que a terra – pelo menos para as famílias que habitavam a região – ainda não era mercadoria. A posse da terra era legitimada pela moradia e o trabalho.

Uma das evidências de que as gerações mais antigas não consideravam a terra como mercadoria foi a seguinte fala de Seu João:

“O terreno é grande, quando foi no tempo do... aí que passou pro INCRA essas coisas, aí que veio essa medição de terra, *esse assentamento como diz*, aí veio o INCRA... fazer medição do terreno aqui dessa frente, *nós já morava aqui há muitos anos aqui...*”.

O casal só descobriu a metragem do terreno a partir da medição do INCRA, já no processo da reforma agrária nos anos 90. A fala também sugere que seu João sentiu que a chegada do INCRA representou um novo momento para aqueles que habitavam a Vila há anos. Com o INCRA, Vila Amazônia vira um assentamento – “*como diz*” – indicando que novas maneiras de lidar com a terra estavam despontando, novos termos (assentamento, assentados) que tentavam delinear novos perfis de trabalhadores.

Júlia Cursino tem 41 anos e nasceu na comunidade de Aparecida no Lago do Miriti (na Gleba de Vila Amazônia), que fica a cerca de uma hora por estrada da sede Santa Maria de Vila Amazônia. Atualmente, pode-se chegar à comunidade por estrada ou via fluvial. Apesar de ter nascido no Miriti, Júlia mora na sede (Santa Maria), onde é presidente da Associação de Moradores de Vila Amazônia. Iniciou sua militância nos movimentos de base da Igreja Católica (CEBs e Pastorais). Posteriormente, participou como vice-presidente e depois presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parintins, na CONTAG, CUT e PT. Quando questionei sobre o processo de Reforma Agrária em Vila Amazônia, Júlia ressaltou sobre a chegada de novas famílias:

Olha foi, não tantas pessoas, porque quando as pessoas começaram a ouvir que estavam dando terras aqui na região e tudo, algumas famílias vieram do estado do Pará, foram praticamente umas cinco ou seis famílias [*no Miriti*], mas chegaram, e como também ainda tinha terra bastante essas famílias ficaram e aqui moram até hoje ainda, estão na comunidade. Então foi assim e a partir dos anos já de 94, 95, 96, que foi esse período e o próprio INCRA também trouxe aqueles benefícios, o projeto das casas, do projeto (...), que era dos alimentos, né... E dos projetos da habitação, então as famílias, elas não sabiam como é que era exatamente, quem ficou cadastrado como assentado ficou como assentado, quem não tinha terra ficou sem terra. Então se a senhora for fazer uma pesquisa nas comunidades, a senhora vai ver que tem muitas famílias que mora na comunidade e que não tem terra, cada dia que passa, se multiplica...

Esse trecho da narrativa de Júlia coloca de maneira enfática como as novas formas de ordenamento territorial interagem com as formas tradicionais de apropriação de terras na região. Podemos comparar como Júlia interpreta esse tempo com o enredo de Odenil, que nos coloca que com o casamento e a necessidade de sustentar sua família através da plantação de roça fez com que ele procurasse outras áreas de terra na região. Odenil juntou-se com membros de sua comunidade e formou uma colônia agrícola (em sistema de puxirum, ou seja, trabalho coletivo. Assim delimitaram uma área de terra firme - que era devoluta - desmataram e dividiram os lotes sem intervenção de nenhum órgão estatal), neste tempo a quantidade de terras devolutas permitia que a partir do crescimento das famílias e da comunidade houvesse a apropriação de uma nova área de trabalho, porém, atualmente com o INCRA, isso é inviável, pois todas as áreas da região tem proprietário. Não é mais possível reunir os comunitários e em sistema de puxirum conseguir novas terras, é preciso comprá-las. A terra efetivamente virou mercadoria e para as famílias de agricultores pobres, a mercantilização da terra pode fazer com que as novas famílias que se formam tenham como campo de possibilidades se manterem nas terras de parentes (enquanto a produtividade do terreno assim permite) ou ir

para a cidade, o oposto do que se espera num projeto de reforma agrária. Thompson (1998) analisando a cultura popular tradicional na Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX, colocou:

“Se, de um lado, o ‘costume’ incorporava muitos dos sentidos que atribuímos hoje à ‘cultura’, de outro, apresentava muitas afinidades com o direito consuetudinário. Esse derivava dos costumes, dos usos habituais do país: usos que podiam ser reduzidos a regras e precedentes, que em certas circunstâncias eram codificados e podiam ter força de lei. (...) Com frequência a invocação do costume com respeito a um ofício ou ocupação refletia uma prática tão antiga que adquiria a cor de um privilégio ou direito.”

Essa questão do costume, que legitima determinadas lutas, analisada por Thompson nos ajuda a pensar a questão em Vila Amazônia, pois o costume de ampliar o seu território na floresta com o crescimento da família e da comunidade começou a esbarrar nos limites impostos com a titulação de propriedades, fazendo com que esses trabalhadores experimentassem uma sensação de restrição de direitos.

A Reforma Agrária em Vila Amazônia (Parintins/AM) pode ser analisada a partir de múltiplos sentidos constituídos pelos sujeitos sociais nela envolvidos. Na Gleba de Vila Amazônia, o processo de Reforma Agrária incidiu numa área de ocupação tradicional, na qual moravam muitas famílias há gerações na condição de posseiros ou pequenos proprietários, porém a partir da década de 70 iniciou-se a formação de grandes fazendas na região. Apesar da indenização do governo federal ter sido paga a apenas dois ditos proprietários, muitas pessoas que já tinham o título da terra (até mesmo das grandes fazendas) permaneceram na área. Assim, a desapropriação desses 78.270 hectares foi objeto de uma ampla investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI de grilagem de terras públicas no estado do Amazonas) criada em 2000 pela câmara dos deputados em Brasília. Consta do relatório final desta CPI que em 04/12/1986, uma comissão de avaliação criada para vistoria do imóvel Vila Amazônia pelo INCRA indicou à superintendência do órgão esta área como sendo prioritária para a Reforma Agrária e sugeriu que ali fossem assentadas 1.308 famílias e que o valor indenizatório valeria CZ\$ 7.543.426 (Sete milhões quinhentos e quarenta e três mil e quatrocentos e vinte e seis cruzados). O advogado dos expropriados sugeriu ao Ministério da Reforma Agrária uma contra proposta no valor de CZ\$ 313.120.000,00 (trezentos e treze milhões e cento e vinte mil cruzados)⁵. Na época, construiu-se um movimento na Câmara

⁵ Já havia ocorrido o depósito de CZ\$ 880.742,00 (oitocentos e oitenta mil e setecentos e quarenta e dois cruzados) referentes à indenização com benfeitorias.

Federal e da Assembleia Legislativa do Amazonas, através de documentos solicitando a “celeridade consensual” no processo de desapropriação de Vila Amazônia⁶.

Em 19/01/1988, o ministro Jader Barbalho autorizou a celebração do acordo de indenização no exato valor feito na contraproposta dos expropriados, inclusive com prazo de quatro anos para o resgate da dívida assumida pelo Estado⁷. Para os deputados da CPI:

“A proposta dos expropriados foi integralmente aceita. Inclusive os prazos para os resgates das TDAs. Isso remete a um processo anteriormente analisado referente a uma representação contra Jader Barbalho, onde um dos pontos colocados é o fato do então ministro sempre pagar os TDAs antes do prazo máximo que a lei possibilita, 20 anos, facilitando sempre a situação dos expropriados.

Este caso, portanto, é mais uma evidência de que procedimentos foram adotados para favorecer os interesses de particulares em detrimento dos interesses da União, visto que pelos indicadores dos processos, as TDAs foram resgatadas em 4 (quatro) anos, enquanto poderiam ter sido num período de 20 (vinte) anos.

Então foram detectados por esta CPI várias irregularidades quanto a esta desapropriação. Uma delas foi o superfaturamento do valor inicial sugerido pelo INCRA. *O valor autorizado pelo ministro Jader Barbalho foi cerca de 50 vezes o valor original. Outra, na área indenizada aos dois proprietários, já existiam mais de 800 proprietários que já possuíam título definitivo das propriedades. Há ações de usucapião sobre 38 dos 78.000 ha, com parecer favorável do juiz de Parintins. Devido a esses problemas, o INCRA não chegou a assentar nem 1/3 da área”⁸.*

Compartilhando a interpretação de que a Reforma Agrária em Parintins foi um ordenamento territorial do Estado, procuro entender como as pessoas que já viviam nestas terras vivenciaram este processo, pois muitas eram as formas de ocupação dessa espacialidade. Possesores, pequenos proprietários, fazendeiros, pecuaristas, usina de extração de pau rosa: várias eram as formas de ocupar a terra e muitas eram as atividades desenvolvidas.

Nesta pesquisa pretendo analisar as vivências dos moradores de Vila Amazônia que habitavam tradicionalmente a região como posseiros e que, após a intervenção do Instituto

⁶ Na Câmara Federal, esse pedido de “rapidez” para o processo de desapropriação foi encabeçado pelo Deputado Ézio Ferreira (PFL/AM), José Dutra (PMDB/AM), Francisco Benjamim (PFL/BA), José Lourenço (líder do PFL), Amaral Netto (líder do PDS) e Bonifácio de Andrada (Vice líder do PDS). Partidos (PFL, PMDB, PDS) historicamente ligados ao latifúndio e ao agronegócio.

⁷ Em 19.01.1988 é assinado pelo Ministro Jader Barbalho a Portaria/MIRAD/Nº045/88 que autoriza o acordo de indenização para o processo de desapropriação do imóvel Vila Amazônia, cujos títulos (TDAs – títulos da dívida agrária) deveriam ser assim emitidos: 50% no 2º ano, 30% no 3º ano e 20% no 4º ano.

⁸ Relatório Final da CPI sobre a grilagem de terras públicas no estado do Amazonas. pp 49 e 50.

Nacional de Reforma Agrária (INCRA) na Região tornaram-se assentados, proprietários da terra em que viviam.

A formação do assentamento em parte das terras da Gleba de Vila Amazônia envolveu vários aspectos que não se limitam ao reconhecimento legal da posse (primeiro passo para titulação definitiva das terras). O PNRA pressupõe uma série de políticas que teriam como objetivo o desenvolvimento econômico das famílias assentadas. Essa política foi se objetivando em várias direções desde o acompanhamento técnico da produção agrícola, financiamento através do crédito rural, abertura de estradas, a compra de uma balsa ligando a sede de Vila Amazônia (comunidade de Santa Maria) à Parintins e, mais recentemente, foi implantado na região o Programa Federal Luz Para Todos levando energia elétrica⁹ e a implementação de programas assistencialistas tais como o Bolsa Família.

Todas essas políticas citadas foram interpretadas pelo poder público e pela mídia como grandes “transformações” que estão “desenvolvendo” economicamente a região. Percebemos uma disputa pelos sentidos destas políticas que trariam a “modernidade” e o “progresso”, pois quando conversamos com moradores mais antigos, os quais vivenciaram a consecução do PNRA para a região, percebemos outras memórias produzidas sobre este momento histórico. Para Júlia Cursino:

“O INCRA chegou aqui em 1988, nem tanto chegou em 88, porque foi em 88 que foi desapropriado, foi mais pros anos 90, então foi um pouco ruim, um pouco entre aspas, porque até hoje as famílias sofrem consequência da forma que foi feita. Então, com a desapropriação, que ninguém nem entendia o que que era isso, quando eles chegaram a equipe técnica do INCRA nos anos 90, eles vieram pra fazer a demarcação da área, eles foram demarcando sem comunicar, da forma deles, e as famílias que já moravam houve um movimento muito ruim, porque aí eles falavam que as pessoas que eram aposentadas, que eram mais velhas, não podiam ter duas propriedades, não podiam ter uma propriedade de tão grande tamanho e que tinha que passar pra outras pessoas e foi aquela mexideira com as famílias, porque já

⁹ O programa Luz Para Todos fez a instalação da estrutura para o recebimento de energia elétrica nas comunidades, ou seja, postes de energia e fios elétricos passaram a fazer parte da paisagem em Vila Amazônia, porém em muitas comunidades apesar da existência dos postes não há energia correndo, pois que a região ainda é abastecida por termelétricas que não tem capacidade de gerar mais energia que chegue nestas comunidades. Discute-se, nesse sentido, a construção do “Linhão de Tucuruí”, ligando a energia produzida nesta hidrelétrica à Parintins. Nesse sentido, como a estrutura do “Luz Para Todos” ainda não funciona plenamente, a energia utilizada pela maior parte das comunidades ainda é o gerador (para escolas e postos de saúde) ficando a maior parte dos seus habitantes com a iluminação à querosene, diesel ou vela.

moravam, né? E eles (INCRA) tiveram que cancelar alguns documentos que já tinham, inclusive títulos...”¹⁰

A consecução dessas políticas evidencia embates pelos sentidos de viver no campo, viver na floresta e em comunidade. Pressupõem, inclusive, um momento em que o capitalismo está se consolidando na região.

Para pensar o conceito de Reforma Agrária e o próprio recorte temporal ligado à criação estatal do assentamento, recorremos a Willians (1979), quando diz:

“Quando percebemos de súbito que os conceitos mais básicos – os conceitos, como se diz, do qual partimos – não são conceitos, mas problemas, e não problemas analíticos, mas movimentos históricos ainda não definidos, não há sentido em se dar ouvido aos seus apelos ou aos seus entrechoques ressonantes. Resta-nos, apenas, se o pudermos, recuperar as substâncias de que suas formas foram separadas” (WILLIANS, 1979)

A Reforma Agrária, num país marcado pelo latifúndio e atualmente pelo agronegócio como o Brasil, é uma bandeira dos movimentos sociais. Encarada positivamente como uma forma de empoderar o trabalhador rural. Antes da desapropriação oficial destas terras, seus moradores, a partir de suas formas de viver na floresta, iam ampliando seus territórios e fundando novas vilas e comunidades. Porém, é preciso pensar esse conceito “Reforma Agrária”, nessa espacialidade específica – Vila Amazônia – numa dada temporalidade – a partir de 1988 (sendo um projeto integrante do Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República no governo Sarney)-“*recuperando as substâncias de que suas formas foram separadas*”, que são específicas dessa historicidade. Com a Reforma Agrária e sob a condição de assentados, a tensão, antes vivenciada na relação com projetos de colonização privados e com pecuaristas, é fortalecida na relação com o poder público e com os órgãos de aplicação de políticas públicas da região, uma vez que o Estado reitera a política de invisibilidade dos sujeitos que a habitam. Parece ambíguo afirmar que há invisibilidade por parte do Estado, uma vez que há efetivamente a aplicação de políticas públicas, mas a forma de aplicação destas e a não valorização dos modos de vida e trabalho destes moradores acabam por inviabilizar inúmeras destas propostas.

A invisibilidade dos sujeitos sociais que vivem em áreas florestais no Amazonas está atrelada à construção da subalternidade de seus modos de vida e trabalho. Em abril de 2014,

¹⁰ Júlia Cursino, nascida no dia 13 de abril de 1971, na comunidade Nossa Senhora da Aparecida do Miriti (Vila Amazônia). Entrevista gravada em abril de 2014. Atualmente, Júlia é presidente da Associação de Moradores de Vila Amazônia.

conversei com Felipe Cursino Martins que mora na comunidade do Açaí na Gleba de Vila Amazônia. Felipe nasceu no Miriti, trabalhou na roça com seu pai e quando cresceu foi para a capital Manaus onde trabalhou no comércio. No início da década de 90, seu pai sofre um acidente que o impede de continuar trabalhando na roça, foi quando Felipe e seu irmão resolveram continuar o trabalho do pai na colônia agrícola que este havia ajudado a fundar no Açaí. Rememorando a volta para o campo, Felipe coloca:

Mônica - Como é que era o Miriti? Parecia grande, a Júlia veio de lá também, né?

Felipe - a Júlia veio, a Júlia é minha prima nós somos primos legítimos mesmo, meu pai era irmão do pai dela. Bom, a vida no Miriti, quando eu nasci, quando era pequeno, ainda era, era na cultura, era praticamente na *monocultura era roça, roça, roça*. Com a chegada dos fazendeiros, os fazendeiros foram comprando o terreno das pessoas que trabalhavam na roça, que foi forçando essas pessoas a adquirir terreno mais longe. No caso meu pai foi um deles, foi vendendo terreno que dava pra gente fazer a roça. Os pecuaristas tinham mais recurso, foram comprando

Mônica - Quem eram esses pecuaristas? Eles estão aí até hoje?

Felipe - Tem uns ainda os descendentes, os filhos do senhor João Pessoa Lopes, o senhor Geraldo Medeiros que já vendeu, o senhor Dodó Carvalho.

Mônica - O Dodó Carvalho tem terra aqui também? De boi?

Felipe - O Dodó Carvalho tem terra aqui, tem, ele tem fazenda.

Mônica - Mas desde a década de 90?

Felipe - Não, eu acho calculadamente uns dez anos, ele já tomou esse terreno aí, *se bem que essas pessoas ajudam muito a comunidade lá*, mas essas pessoas, essas pessoas do Miriti, ficam sem terra pra trabalhar, *ficam dependendo do trabalho de campo com os pecuaristas, praticamente ficam nas mãos dos pecuaristas se tiver trabalho, ele tem, se não tiver...*

Felipe indica um convulsionado tempo em que começou a formação de grandes fazendas em Vila Amazônia. As famílias dos trabalhadores rurais, geralmente posseiros, ou com títulos emitidos pela prefeitura de Parintins começaram a receber propostas para a venda de suas terras. No caso da comunidade Nossa Senhora da Aparecida do Miriti, essa situação é emblemática, pois a comunidade fica encravada no meio da Fazenda de Dodó Carvalho, grande comerciante, fazendeiro, pecuarista e dono de portos ao longo do rio Amazonas. Ao ir pela estrada para a realização de entrevistas com membros da comunidade, tive que abrir a porteira de sua fazenda para chegar lá. Mesmo com a desapropriação de toda a gleba e a indenização paga aos supostos donos (como indicou a CPI), as grandes fazendas continuam a existir no assentamento. Porém, naquele momento (décadas de 70, 80), ainda havia a possibilidade de vender suas terras e conseguir outro terreno na gleba de Vila Amazônia. Assim, nasceu a comunidade do Açaí, como colônia agrícola do Miriti, uma vez que boa parte

das famílias que lá moravam tinham vendido suas terras. O pai de Felipe foi então um dos fundadores do Açaí, mas com o acidente não pode mais continuar o trabalho. Felipe ainda chegou a trabalhar para esses fazendeiros derrubando árvores, destocando e fazendo pasto. É interessante notar na fala de Felipe como ele significa o trabalho que era desenvolvido pelos comunitários antes da chegada dos fazendeiros: “*monocultura da roça*”. A desqualificação desta atividade pode estar associada à forma de como esta é interpretada pelo poder público e intelectuais no Amazonas. Benchimol¹¹ ao falar das atividades de caboclos e índios compara-as com as de grupos imigrantes nos seguintes termos:

“Os japoneses e os nipo descendentes constituem o primeiro grupo de imigrantes que conseguiram enriquecer ou se tornaram classe média com a agricultura. Os outros grupos de imigrantes como os cearenses, judeus, sírios libaneses, italianos, portugueses e espanhóis partiram sempre de uma base mercantil extrativista para depois galgarem o conceito, reconhecimento e classificação social. Os dois grupos nativos – os caboclos e os índios – foram os únicos que ficaram marginalizados nas suas roças e nas suas atividades de coleta, extração, caça e pesca, de forma *artesanal e primitiva* e, por isso, não conseguiram *evoluir qualitativamente e obter melhor padrão de vida*, pois a sua *extrema pobreza, falta de educação, discriminação racial e social os mantiveram na condição de marginalização e exclusão, sendo muito raro os casos de ascensão e inclusão social*” (BENCHIMOL, 2009, pg. 474).¹²

A construção desses sentidos, que se tornam hegemônicos, ao se referirem aos povos tradicionais da região serve para a implementação das políticas de colonização público e privada. Ao atribuir adjetivos desqualificadores tais como *artesanal, primitivo, pobreza, falta de educação e raça*, esvazia o sentido histórico da construção da marginalização desses povos, ou seja, esses se tornam os próprios responsáveis pela situação em que se encontram por não terem as qualidades empreendedoras necessárias para inserção no mercado capitalista. A histórica e secular política de genocídio e escravidão perpetrada pelos colonizadores pode ser minimizada dentro dessa narrativa.

O trabalho com a História Social, através das narrativas orais dos sujeitos sociais que vivem nesta região, tenciona uma memória hegemônica que foi produzida não apenas sobre

¹¹ Samuel Isaac Benchimol, intelectual considerado um dos maiores especialistas em Amazônia, nascido em Manaus em 13 de julho de 1923, foi escritor (109 trabalhos publicados, membro da Academia Amazonense de Letras), acadêmico (Professor Emérito da Universidade Federal do Amazonas, onde lecionou por mais de 50 anos), pesquisador (catedrático da disciplina “Introdução à Amazônia”), presidente do Comitê Israelita do Amazonas e empresário (co-fundador do grupo Bemol-Fogás). Em 2004, foi instituído o Prêmio Professor Samuel Benchimol, patrocinado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, tendo a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) como entidade executora do 1º Prêmio. Sua trajetória política, acadêmica e empresarial pode nos dar pistas para compreendermos suas interpretações a respeito do “atraso” dos modos de vidas caboclos. Para maiores informações sobre a biografia de Samuel Benchimol e o prêmio ligado ao seu nome, consultar: <http://www.amazonia.desenvolvimento.gov.br/>

¹² Grifos meus.

Vila Amazônia e Parintins, mas uma série de concepções e modos de ver as pessoas que vivem na/da floresta e suas práticas sociais. A instituição de uma memória hegemônica abarca inclusive periodizações temporais de uma certa “História da Amazônia”, bem como as formas de interpretar essa “História” (que aqui grafo propositadamente com H maiúsculo) ligada à História Econômica e/ou Política. As narrativas orais nos permitem perceber a densidade da “trama” histórica, pois como coloca Khoury (2004):

“Considerando a história um processo de disputas entre forças sociais, envolvendo valores e sentimentos, tanto quanto interesses, e dispostos a pensar e avaliar a vida cotidiana em sua dimensão histórica, a ponderar sobre os significados políticos das desigualdades sociais, nossas atenções se voltam para os modos como os processos sociais criam significações e como interferem na própria história. Nesse sentido é que entendemos e lidamos com cultura como todo um modo de vida”.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto; FENELON, Déa; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes; *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: 2004.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia – Formação Social e Cultural*. 3 ed. Manaus: Valer. 2009.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1979.